

**Adriana Isidório da Silva Zamite**  
**Maira Cristina Grigoletto**

*O livro no sistema prisional no Estado do Espírito Santo:  
dispositivo social na pandemia*

### 1. Introdução

O ano de 2020 foi marcado por uma grave crise global, a pandemia da Covid-19, que se espalhou pelo mundo e afetou toda a sociedade em aspectos físicos, mentais, políticos, econômicos e sociais. O direito de ir e vir ficou limitado, logo teve-se que aprender a lidar com uma nova condição de “normalidade”, sendo o distanciamento e o isolamento sociais práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a proliferação do coronavírus SARS-CoV-2.

Em algumas estruturas, como a do sistema carcerário brasileiro, as possibilidades de cumprimento de recomendações sanitárias encontram muitas restrições. Isso deve-se à superlotação dos presídios, às estruturas precárias e às poucas expectativas de mudanças necessárias ao enfrentamento da propagação de doenças infecciosas, principalmente em períodos de pandemia.

A Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde elaboraram, em abril de 2020, um manual com orientações para evitar a

disseminação da Covid-19 no sistema carcerário. Como medidas de prevenção, o documento apresenta a suspensão das visitas de familiares presenciais e a interrupção de atividades que comprometam o agravamento da doença (Brasil 2020). Nesse contexto, é importante a percepção de que essas recomendações são direcionadas a uma realidade na qual as pessoas já estão em privação de liberdade em um sistema precário, portanto, com possibilidades de isolamento ínfimas para a garantia de proteção.

Segundo Sánchez et al. (2020), a percepção do risco à vida pela doença, somada à restrição de atividades dentro e fora da prisão, são condições favoráveis a tensões, refletindo no aumento da ansiedade e ociosidade dos apenados. Entretanto, as unidades prisionais possuem diretrizes legais para combater a ampliação desses fatores. O artigo 21 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) determina que, em atendimento às condições locais, cada estabelecimento prisional deve possuir uma biblioteca para uso dos reclusos, com livros instrutivos, recreativos e didáticos (Brasil 1984).

Pelo exposto, objetiva-se (re)conhecer os livros como dispositivos sociais no sistema prisional do Estado do Espírito Santo. Os objetivos específicos são: abordar o livro como fonte para transposição da realidade do cárcere; discorrer sobre as potencialidades e limites de usos do livro em períodos de restrições sanitárias no Espírito Santo; e discutir sobre a sua importância para os internos durante a pandemia.

A realidade prisional do Brasil é bastante preocupante e, pelos dados apresentados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2019, o país possui uma população carcerária de, aproximadamente, 773.151 de sujeitos privados de liberdade em todos os regimes (Brasil 2020). Deste total, cerca de 23.427 são presos custodiados pelo sistema prisional do Espírito Santo, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen 2020). Compreende-se, portanto, a relevância deste estudo para auxiliar os gestores de unidades prisionais do Estado na aplicação das prerrogativas legais, possibilitando entendimentos sobre o poder e funcionalidades dos

livros como dispositivos sociais nos processos de transformação de certas condições de realidade.

O marco teórico-conceitual fundamenta-se no conceito de dispositivo de Foucault (2009) e nas reflexões de Deleuze (1996) para análise de práticas sociais com livros em microfísicas de poder. A história do livro e de suas apropriações será tratada pelas considerações de Chartier (1999a - 1999b - 2020). Como complemento, dialoga-se com a sociologia da ciência e a ciência da informação, em específico, pelos encaminhamentos de Latour (2006) sobre as contribuições das bibliotecas e do seu papel social no processo de aquisição de conhecimento. Os fundamentos indicados permitem a interlocução com perspectivas de bibliografia tratadas por Chartier (2002) pelas abordagens de Ronald Francia Mackenzie para fundamentar a proposição dos acervos das bibliotecas prisionais como dispositivo cognitivo e literário dos/para os apenados.

Em relação aos encaminhamentos metodológicos, é uma pesquisa qualitativa e exploratória quanto aos objetivos, tendo como procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e de pesquisa de campo. Em um primeiro momento, realizou-se o levantamento bibliográfico por teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Google Acadêmico; e livros. Para a pesquisa documental, buscou-se normativas que pautam a execução penal e recomendações sobre restrições no período de pandemia em sítios oficiais da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Governo Federal e do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).

A segunda etapa consistiu em entrevista semiestruturada com a representante da Subgerência de Educação nas Prisões, seguindo os protocolos éticos de pesquisa, que foi realizada por meio de roteiro com perguntas básicas para atingir os objetivos do estudo (Manzini 1990/1991). As questões elaboradas são direcionadas para a compre-

ensão de aspectos relacionados aos usos da biblioteca e aos empréstimos de livros durante a pandemia, em 2020, no sistema prisional do Estado do Espírito Santo.

Para o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foi utilizada a análise de conteúdo, levando em consideração a perspectiva foucaultiana, pelos aspectos textuais, materiais e seus efeitos sobre as práticas no cárcere (Bardin 2016). Deste modo, as análises contemplam o que é previsto em normativas legais e administrativas correlacionando essas fontes com a literatura sobre o tema e as práticas sociais com livros no sistema prisional do Espírito Santo, em específico, no período da pandemia da Covid-19.

## *2. O Livro como dispositivo: um olhar social para o cárcere*

O livro conhecido por códice ou de códex surgiu no Ocidente na Era Cristã entre os séculos II e IV. Esse dispositivo que temos acesso hoje, composto de folhas enumeradas e encadernadas, não correspondia o livro que os povos da Antiguidade manuseavam, naquele período, o livro era em formato de rolos conhecido como *volumen* (Chartier 2020). De acordo com Chartier (2020 p. 41), “[...] o rolo era um livro que não se podia folhear, pois não tinha folhas, que não se podia retornar facilmente a uma parte do texto, pois não dispunha de um índice, nem de indicação de número de páginas”. Além disso, não podia carregá-lo ou fazer anotações, pois o livro era pesado e tinha que ser segurado com as duas mãos (Chartier 2020).

Na Grécia antiga, os livros em formatos de rolos traziam modos particulares da ação leitora, com o desenrolar dos movimentos, as leituras eram realizadas em voz alta, contando conquistas ou fatos históricos ocorridos (Goulart 2014). A autora destaca que, na Antiguidade, o livro passou a ser visto como um instrumento intelectual e um indicador de riqueza, pois seu uso expandiu-se entre os nobres, e neste período surgiram as bibliotecas particulares (Goulart 2014).

Na Idade Média, ocorreram mudanças no formato do livro e na forma como era lido. De acordo com Goulart (2014), o livro tinha o formato de *códex*, um livro grande e pesado que precisava ser apoiado em uma mesa para ser lido. A autora relata que neste período, o livro ficou marcado também por valores religiosos, morais e pela representação do conhecimento, além da transformação na prática da leitura (Goulart 2014). Segundo Chartier (2020), as leituras dos textos eram realizadas de forma silenciosa e visual, ao contrário do que ocorria na Antiguidade, pois a leitura era em voz alta. Segundo o autor, ler em voz alta naquela época era uma forma de sociabilidade, lia-se em salões ou ambientes públicos para trocar conhecimento, mas também para passar o tempo (Chartier 1999a). A leitura em voz alta estimulava a relação entre o leitor e o coletivo.

De acordo com Chartier (1999b), a prática da leitura oralizada criava um público variado de leitores, alfabetizados ou não, que se familiarizavam com as obras lidas por meio da mediação da voz leitora e compartilhavam com os letrados a literatura culta. Todavia, a leitura silenciosa contrapôs a leitura em voz alta por circunstâncias relativas a alterações na escrita dos textos e a inserção de brancos entre as palavras, parágrafos e fragmentos do texto, tornando-o legível (Chartier 2020).

Na Idade Moderna, deu-se uma das maiores revoluções no formato do livro e no acesso à informação. Segundo Araújo e Oliveira (2008), o conhecimento antes monopolizado pela igreja ou guardado em bibliotecas particulares, a partir da invenção da imprensa por Gutenberg, em meados de 1450, começou a ser difundido e democratizado por meio de livros e da biblioteca. O aumento da publicação de livros foi ocasionado devido a dois fatores: primeiro, conforme citado anteriormente, pela revolução da imprensa e segundo pela industrialização para a tiragem dos livros de bolso (Chartier 1999a). Conforme Chartier (1999a), neste período era possível reproduzir textos a baixo custo, através de uma tiragem modesta de mil exemplares por meio de uma oficina tipográfica.

O livro de bolso, antes desprezado por tratar-se de uma publicação

pouco cuidada e precária, passou a ser utilizado por diferentes classes, tornando-se um objeto de coleção (Chartier 1999a). Pelas considerações de Chartier (1999a p. 112), “[...] observa-se que o livro de bolso acabou multiplicando a leitura entre aqueles que já eram leitores, mais do que conduzindo à leitura aqueles que não estavam familiarizados com a cultura dos livros no século XX”. O livro transformou-se em um dispositivo social e cultural, disponibilizado para diversos leitores com intuito de atender as necessidades de informação das pessoas. Além disso, este pode amenizar a ociosidade e estimular a prática da leitura principalmente em ambientes de reclusão que necessitam de ações urgentes que contribuam para uma possível reintegração social dos sujeitos. O livro-dispositivo pode trazer um significativo sentimento de liberdade e fuga da realidade do cárcere.

Para melhor entendimento deste termo, buscou-se a noção de dispositivo elaborada por Foucault (2009 p. 244) para abarcar, em um primeiro momento, a rede que se estabelece entre um conjunto heterogêneo de elementos que engloba “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Em outro encaminhamento, o autor apresenta que entre esses elementos ocorrem mudanças de posição e função diferenciais em tipos específicos de jogos, os quais podem justificar, alterar ou reinterpretar práticas para abertura a outras racionalidades (Foucault 2009 p. 244). Em terceiro lugar, Foucault (2009 p. 244) entende o “[...] dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”.

O dispositivo se constitui em um duplo processo para o atendimento de um objetivo estratégico: “*sobredeterminação funcional*” e “*preenchimento estratégico*” (Foucault 2009). No propósito de ilustrar os efeitos desses processos, o autor utiliza o exemplo do aprisionamento como o dispositivo mais racional e eficaz aplicado ao fenômeno da criminalidade em dada historicidade. O efeito dessa estratégia dominan-

te, para Foucault (2009), foi a constituição de um lugar, a prisão, que funcionou para o isolamento de um delinquente, mas que também operou na criação de um meio delinquente sem previsão anterior. Assim, passou a funcionar “[...] como filtro, concentração, profissionalização, isolamento de um meio delinquente” (Foucault 2009 p. 245). Em meados da década de 1830, esses efeitos involuntários e negativos foram incorporados em uma nova estratégia para ocupar o vazio ou transformar “o negativo em positivo” com finalidades políticas e econômicas diversas (Foucault 2009). Esse movimento “perpétuo” foi chamado por Foucault (2009 p. 245) de “preenchimento estratégico do dispositivo”.

Como verificado nas análises de Deleuze (1996), as três dimensões de um dispositivo – saber, poder e subjetivação – não têm contornos definidos, mas uma cadeia de variáveis e linhas de visibilidade, enunciação, força, subjetivação, brecha, fissura, fratura que se modificam e ultrapassam uma dada funcionalidade dominante. Para o autor, as dimensões do saber e do poder seriam as curvas de visibilidade e de enunciação ou as máquinas de fazer ver e de fazer falar, conforme proposta de Foucault. A percepção de Deleuze (1996) é a de que um dispositivo comporta linhas de forças que corrigem e cobrem todos os traçados, não deixando de entrecruzar o visto e o dito.

Nesses termos, o “preenchimento estratégico do dispositivo” suportaria a apreensão do novo, da criatividade variável, do atual dos dispositivos (Deleuze 1996 - Foucault 2009). Ou seja, a novidade do regime de enunciação sobre o dispositivo livro pode ser direcionada aos modos de subjetivação que surgem na atualidade e em realidades pouco abordadas, como a deste objeto no sistema prisional, para a configuração de regimes de luz e verificação de diferentes agenciamentos nas dimensões de saber e poder (Deleuze 1996). Portanto, a questão é o processo de produção de subjetividade com o livro, o que é permitido a este dispositivo e o que ele permite como “linha de fuga” para escapar das forças e limites de certos poderes e saberes no processo de constituição de “outro” vir a ser (Deleuze 1996).

A partir das mudanças de posições e funções nos feixes de relações de forças entre saberes e poderes, estão os elementos que intervieram, em condições de racionalidade e formas de organização, para o preenchimento do dispositivo prisão/aprisionamento em diferentes historicidades. Em meio a necessidades estratégicas para responder aos objetivos de reintegração do apenado e de garantia de seus direitos de acesso à informação, foram alocadas estratégias de saber teórico, científico e metodológico para operações sobre o livro em microrrelações de poder, no sentido de firmar seu papel transformador (Foucault 2009 p. 249).

Assim, foi construído o entendimento de que o livro é um dispositivo pelas diferentes configurações identificadas nas redes de interação no sistema prisional e em momentos processuais das relações de saber e de poder. Em primeiro lugar, por acomodar-se à heterogeneidade conceitual de Foucault (2009), em aspectos materiais e simbólicos. Pela dimensão funcional do saber, por ser elemento que proporciona conhecimentos por meio da busca dos sujeitos por informações, seja da área científica ou em uma leitura livre. Em outra perspectiva, na relação de poder, por apoiar a mudança de vida dos apenados pelo conhecimento construído através da leitura. Por esse aspecto, é demarcada a importância histórica e a urgência do livro como instrumento para sustentar, pela prática dos sujeitos com os livros, os pressupostos de discursos e diretrizes legais em benefício dos apenados, com maior representatividade na segunda metade do século XX.

Importante esclarecer que, em meio a essas relações, existe diferença entre interesse e necessidade, o que impacta na aceitação das intervenções de profissionais capacitados no ambiente prisional para exercerem as operações sobre os objetos no sentido de que possam funcionar estrategicamente. Nesse micropoder, as intervenções realizadas sobre as individualidades para transformação do sujeito e para a correção de suas virtualidades, requerem manobras para o reconhecimento, manutenção, estabilidade e acentuação do livro como dispositivo (Foucault 2009 p. 255). Em atualização ao entendimento de Foucault (2009) de que a intervenção dos médicos psiquiatras no

domínio penal ultrapassa possíveis interesses, mas insere-se no combate ao perigo de uma doença (a alienação mental), portanto uma necessidade, está a alocação dos profissionais que atuam com práticas bibliográficas.

Os bibliotecários e demais profissionais da informação ao atuarem com a organização e tratamento de acervos bibliográficos podem garantir possibilidades de usos isolados ou inter-relacionados a programas educacionais, recreativos, culturais e dentre tantas urgências, com as necessidades de saúde pública mental como a ansiedade, ociosidade, depressão, entre outras recorrentes no sistema prisional. Por isso a necessidade de profissionais capacitados da área para promoverem atividades que amenizem tais sensações e supram as demandas informacionais dos internos.

Para esse entendimento, buscou-se a contribuição de Chartier (2002) em diálogo com a perspectiva de Donald Francia McKenzie sobre o tratamento dos acervos das bibliotecas prisionais como dispositivos cognitivo e literário dos/para os apenados. Ou seja, como nessa realidade específica os saberes e fazeres bibliográficos suportam necessidades diversas em relação aos objetos foco de suas práticas.

Historicamente, a Bibliografia foi concebida, de forma mais precisa entre os séculos XIX e XX, como uma disciplina com objetivo de satisfazer necessidades de informação de um grupo pelo desenvolvimento de trabalhos em ambientes como bibliotecas, centros de documentação, sistemas e redes de informação (Ortega - Carvalho 2017). As práticas bibliográficas visam, dentre outros aspectos, a construção do conhecimento para finalidades educacionais, científicas e profissionais; experiência estética; ações destinadas ao acesso à serviços aos cidadãos e entretenimento, como educação, saúde e cultura (Ortega - Carvalho 2017).

As atividades de “seleção, representação, ordenação (arranjo), preservação, serviços e exposição” são exemplificadas por Ortega e Carvalho (2017 p. 38), como usuais no campo da Bibliografia. Em linhas gerais, ela é mais reconhecida pelo produto bibliográfico, lista de

documentos organizados, podendo também ser “[...] compreendida como fonte de informação, enquanto produto, ou como método, sob o aspecto disciplinar.” (Nogueira 2016 p. 155).

Na proposta de Chartier (2002), Mckenzie em seu percurso para refundar a Bibliografia, permitiu que ela fosse concebida como um espaço para articular o estudo dos textos, analisar suas formas e a história de seus usos. O autor esclarece que

Longe de ser um saber limitado e auxiliar, destinado ao inventário e à interpretação de dados formais postos à serviço da edição de textos, a bibliografia assim definida torna-se central, essencial para reconstruir como uma comunidade dá forma e sentido às suas experiências mais fundamentais a partir da decifração dos textos múltiplos que ela recebe, produz e dos quais se apropria (Chartier 2002 p. 247) .

A Bibliografia teve historicamente um papel no processamento do conjunto de registros relativos ao conhecimento humano, garantindo o mapeamento e a circulação, em diferentes realidades, de cada fonte para ser recebida e disposta para apropriação. O mapeamento e circulação de registros, a definição de quem pode ler o quê e em quais ambientes ou circunstâncias, delinea a força e potencialidades da Bibliografia em meio a jogos de saber e de poder para mapear conhecimentos e os sujeitos em suas relações, por exemplo, com os livros. Importante a ênfase de Chartier (2002 p. 254) de que

A História das formas e das apropriações da escrita não é, portanto, uma história sem conflitos: essas implicam sempre relações de poder, a começar por aquele que articula, de acordo com os termos de Armando Petrucci, “o poder da escrita (que pertence àquele que possui a capacidade de escrever e o exerce) e o poder sobre a escrita (detido pela autoridade instituída que o delega e que exerce um controle qualquer)”.

No sistema prisional, são diferentes os tipos de poder sobre a escrita, o que repercute também nas adaptações necessárias de um saber/fazer tradicionalmente acadêmico e erudito como recurso te-

órico e metodológico nas práticas realizadas no sistema carcerário. Preliminarmente, é importante considerar as manobras necessárias para sustentar as potencialidades do livro, para além de imperativos culturais cristalizados ou de “imposições dos usos ocidentais da escritura” (Chartier 2002 p. 252). Isso porque a maioria das coleções das bibliotecas do sistema penitenciário brasileiro são formadas por doações e não adquiridas em consideração às efetivas necessidades de informação dos apenados.

Portanto, existe um distanciamento entre os interesses dos usos dos livros nos discursos e legislações de reintegração social do apenado e as necessidades de informação do sujeito em processo de transformação, que pode ser minimizado com a institucionalização de trabalhos bibliográficos para estudar as práticas simbólicas com os livros nesse ambiente, estabelecendo seu lugar e poder.

Para Chartier (1999a), o livro tem o poder de aproximar o sujeito com a história lida e a leitura é sempre uma apropriação, uma produção de significados para liberdade que o leitor possui com esse dispositivo. Os livros quando utilizados contribuem para o crescimento intelectual, cultural e social do interno.

Segundo Fernandes et al. (2019), as histórias expostas nos livros podem ser acontecimentos reais do sujeito privado de liberdade ou, em outras situações, traz uma sensação, mesmo que mínima, de liberdade. A leitura em espaços prisionais proporciona ao leitor recluso uma liberdade que o desloca para a história lida, proporcionando consolo ou esperança para os dias difíceis.

Neste contexto, Walty, Fonseca e Cury (2001 p. 40) explicam que “o livro representa um objeto distintivo de dignidade e saber”. Esse dispositivo social pode transformar vidas no ambiente prisional. Nesta perspectiva, a biblioteca surge como uma importante ferramenta no processo social de transposição de realidades do sujeito apenado. De acordo com Latour (2006), a biblioteca não é uma fortaleza isolada, mas um espaço transformador que se movimenta continuamente. Além disso, Sousa e Pinto (2018) relatam que a biblioteca promove

efetivamente à população carcerária informação e possibilidades de reconhecer seus direitos e deveres para ampliar os conhecimentos e despertar o gosto pela leitura.

Diante disso, Latour (2006) explica que a biblioteca é um espaço que não pode ser desprezado, pois fabrica conhecimento e faz circular a informação. Neste processo, o livro surge como um dispositivo que circula pelo mundo em redes práticas que o liga a situações e instituições (Latour 2006). A partir disso, ele estabelece uma conexão com o leitor, neste caso em específico, um leitor privado de liberdade, que por meio do livro tem a oportunidade de acesso à informação, combate à ociosidade e, de alguma forma, mudança, mesmo que por alguns minutos, a realidade do cárcere.

### *3. Procedimentos metodológicos*

Neste estudo realizou-se uma pesquisa exploratória pautada em abordagem qualitativa para melhor entendimento do estudo. A pesquisa qualitativa tem por intuito explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a problemas sociais ou humanos (Creswell 2016). Neste sentido, compreender o papel social do livro no Sistema prisional do Estado do Espírito Santo durante a pandemia da Covid-19, em 2020. Quanto aos objetivos, optou-se pela pesquisa exploratória, pois de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (1991), os estudos exploratórios são realizados quando o objetivo é compreender um assunto ou problema pouco estudado na literatura. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

A pesquisa foi dividida em duas etapas: em um primeiro momento, encaminhou-se para o levantamento de teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; por artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e no Google Aca-

dêmico; em livros; normativas que pautam a execução penal e também, nas recomendações sobre restrições no período de pandemia. O levantamento bibliográfico iniciou-se em novembro de 2020 e continuou até fevereiro de 2021. Neste processo, delimitou-se a recuperação de teses, dissertações e artigos, sem definição de data, exceto para o Google acadêmico, pois na pesquisa referente a à pandemia delimitou-se a pesquisa no período de 2019 a 2020. Contou-se também com auxílio do operador booleano ‘AND’ e com o conector de busca “” (Aspas) para maior precisão no momento da busca combinada.

Na base de dados da CAPES buscou-se pelos termos: ‘História do livro’ AND ‘Chartier’, recuperou-se (10) dez teses e (31) trinta e uma dissertações; ‘Livro’ AND ‘Dispositivo social’ AND ‘Foucault’, recuperou-se (5) cinco teses e (6) seis dissertações. Na BRAPCI, pesquisou-se os termos: ‘Livro’ AND ‘Bibliografia’ recuperou-se (30) trinta artigos; ‘História do livro’ AND ‘Chartier’, recuperou-se (3) três artigos; ‘Livro’ AND ‘Dispositivo’ AND ‘Foucault’, recuperou-se (1) um artigo. No Google acadêmico, empregou-se os termos “‘História do livro’ AND ‘Chartier’ foi recuperado (1) artigo; ‘Sistema prisional’ AND ‘Pandemia’ AND ‘Espírito Santo’, recuperou-se (269) duzentos e sessenta e nove documentos. Além disso, neste levantamento bibliográfico, buscou-se informações em livros impressos e e-books. Para a pesquisa documental, buscou-se documentos legislativos, normativas e orientações sobre a pandemia para os reclusos em sítios do Governo do Federal, na Fundação Oswaldo Cruz e da Secretaria de Estado da Justiça, órgão responsável pela Política Penitenciária do Estado do Espírito Santo.

A segunda etapa consistiu na pesquisa de campo com a entrevista semiestruturada da representante da Subgerência de Educação nas Prisões, seguindo os protocolos éticos de pesquisa, que foi realizada por meio de roteiro com perguntas básicas para atingir os objetivos da pesquisa (Manzini 1990/1991). Utilizou-se para coleta de dados o questionário aplicado via e-mail em dezembro de 2020, com questões direcionadas para a compreensão de aspectos relacionados aos usos da biblioteca e aos empréstimos de livros durante a pandemia da Co-

vid-19, em 2020, no sistema prisional de regime fechado do Estado do Espírito Santo.

Para o tratamento das respostas apresentadas pela Subgerência de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin, um método empírico que se dedica à interpretação e decodificação de respostas oriundas de questionários sobre o tema a ser avaliado (Bardin 2016). De acordo Bardin (2016), a técnica da análise de conteúdo consiste em pré-análise, que sistematiza os documentos com intuito de torná-los operacionais; na exploração de material, onde os documentos são analisados; e por fim, no tratamento e interpretação, os dados são tratados e validados.

#### *4. Análise de dados e discussão sobre o uso do livro na pandemia no sistema prisional do Estado do Espírito Santo*

Para a análise do uso do livro na realidade proposta, foi necessária a contextualização da pandemia no sistema prisional no Estado do Espírito Santo e a compreensão de aspectos relacionados à estrutura e funcionamento das bibliotecas nesse período bem como de seus serviços nas unidades.

Desde março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou pandemia pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), mas sua descoberta ocorreu em dezembro de 2019 na China, por isso essa doença foi denominada Covid-19 (Brasil 2020). Com essa pandemia o mundo teve que se adaptar a novas regras de convívio social com o uso de máscara, distanciamento social, lavagem das mãos e o uso de álcool 70%. Contudo, essas prevenções são direcionadas à população livre, mas como fazer distanciamento social e garantir as medidas de higienização em uma cela lotada?

De acordo com Sánchez et al. (2020), as prisões brasileiras estão superlotadas e neste cenário é preciso ter medidas para mudar esta situação. Os autores ressaltam que a pandemia no Brasil vem em um

momento em que o sistema prisional, no campo da saúde, está fragilizado e sobrecarregado, com altas taxas de mortalidades em relação a doenças infecciosas (Sánchez et al. 2020). Estes são dados preocupantes que podem acarretar um colapso no sistema prisional, caso não sejam revistas algumas situações e prevenções para combater a proliferação do vírus nas unidades prisionais. Segundo Sánchez et al. (2020), em 2020 considerava-se que uma pessoa infectada contaminava de (2) dois a (3) três indivíduos, no entanto, esses dados são alterados quando trata-se de sujeitos privadas de liberdade. Os autores apresentam que no regime de reclusão, (1) um interno com o vírus pode contaminar (10) dez indivíduos privados de liberdade. Importante ressaltar que os indivíduos possuem o direito à saúde e essa assistência é dever do Estado, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei nº 7.210/1984 (Brasil 1984).

Pelo entendimento de Sánchez et al. (2020), os Estados devem elaborar estratégias contra a proliferação da Covid-19 nas unidades prisionais, mas este processo não pode interromper as visitas, as atividades educativas, religiosas e esportivas em grupo. Conforme os autores, a restrição e interrupção das atividades praticadas pelos sujeitos dentro das unidades prisionais podem ocasionar graves tensões nos apenados, além de consequências emocionais decorrentes da falta de contato com familiares e o medo de contrair a doença (Sánchez et al. 2020). Visto que essas atividades são importantes para o desenvolvimento social e cultural do indivíduo e auxiliam no combate a possíveis rebeliões. Diante disso, Sánchez et al. (2020) destacam a importância da instituição em manter a comunicação entre os apenados e seus familiares por meio de cartas, telefones ou outros meios disponibilizados institucionalmente.

No Estado do Espírito Santo, algumas ações foram implementadas em virtude da emergência da propagação do coronavírus no sistema prisional. Em 2020, a Secretaria de Estado da Justiça, elaborou um Plano de Contingência com medidas de prevenção, controle e orientações para o sistema prisional do ES sobre a Covid-19 (Espírito Santo 2020).

Durante o desenvolvimento da pesquisa, recuperou-se também medidas mais atuais implantadas pela Sejus em abril de 2021, com alguns protocolos que começaram a ser seguidos por todas as unidades prisionais do Estado contra a disseminação do coronavírus. Estes protocolos são validados pela Secretária de Saúde, com as seguintes orientações: cuidado com higiene nas instalações prisionais; a aplicação de um questionário para monitorar possíveis sintomas ou contatos dos internos com pessoas com suspeitas ou infectadas pelo vírus; e o reagendamento das visitas de familiares através do aplicativo TELEGRAM (Espírito Santo 2021).

Outra orientação desenvolvida, posterior ao recorte temporal da pesquisa, mas que requer indicação, foi a Nota técnica 006/2021, que apresenta orientações para as unidades prisionais do Estado do Espírito Santo. Este documento institui as suspensões de atividades que estão liberadas no sistema com intuito de proteger e assegurar o direito à saúde dos indivíduos privados de liberdade (Espírito Santo 2021). Em um primeiro momento foram suspensas as seguintes atividades: visitas sociais, íntimas, de voluntários, visitas de contato em todas as unidades prisionais do Estado do Espírito Santo e aulas nas escolas das unidades prisionais. No entanto, as atividades autorizadas foram: as rotinas operacionais (banho de sol, convívio e escoltas); trabalhos internos e externos nas unidades prisionais consideradas essenciais, como atividades industriais e construção civil (Espírito Santo 2021). Essas orientações eram deliberadas conforme o mapa de risco que o Estado se encontrava.

Esses protocolos foram elaborados para evitar a disseminação do coronavírus no ambiente prisional, contudo, em nenhum documento é relatado sobre a utilização da biblioteca e os seus serviços de empréstimos. Compreende-se que estas atividades poderiam estar liberadas para os internos, sendo essenciais para os internos na medida em que auxiliam o apenado a ocupar seu tempo ocioso com a leitura, evitando futuros problemas ou tensões no sistema prisional por causa das restrições de combate a contaminação do Covid-19.

Essas afirmações estão pautadas na leitura sobre o uso do livro no sistema prisional e como este poderia ser um importante dispositivo social do ambiente prisional durante a pandemia. Além disso, para entendimento da visão da instituição sobre a biblioteca e seus serviços durante o período de pandemia, elaborou-se o Quadro 1 com as informações coletadas por meio do questionário aplicado em dezembro de 2020.

### Quadro 1 – Visões da Subgerência de Educação da Sejus

<p>As bibliotecas e o acesso ao livro e à informação na pandemia da Covid-19</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>● São importantes, porém, não são essenciais para a vida do preso;</li><li>● Garantem aquisição de conhecimento, desenvolvimento intelectual ampliação da visão e reflexão sobre o mundo, transpondo os limites da imaginação;</li><li>● Proporcionam entretenimento, redução da angústia causada pela ociosidade e melhoria na qualidade de vida dos apenados por meio do acesso à informação e cultura;</li><li>● Não possuem política de desenvolvimento de coleções;</li><li>● Os acervos são constituídos por meio de doações;</li><li>● A organização do acervo é realizada por interno trabalhador;</li><li>● Os internos não possuem livre acesso às bibliotecas por questões de segurança;</li><li>● Os empréstimos são realizados por interno trabalhador que disponibiliza listagem de livros para os demais internos nas celas para esses escolherem e selecionarem exemplares;</li><li>● Os exemplares são compartilhados entre os internos de uma mesma cela;</li><li>● O empréstimo pode ampliar a contaminação pelo vírus e por isso foi reduzido;</li><li>● Algumas unidades retomaram os serviços de empréstimos durante a pandemia de forma gradual.</li></ul>
--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

A visão de que as bibliotecas e o acesso ao livro e à informação são importantes, mas não essenciais à vida dos apenados pode sustentar-se, em alguns aspectos, pelo conhecimento incipiente no início da pandemia das medidas de higienização necessárias a objetos e ambientes para conter a proliferação do vírus. Todavia, conforme avançou-se no desenvolvimento de protocolos sanitários, diminuição de restrições e liberação de algumas práticas no ambiente prisional, verificou-se que a biblioteca, seus serviços e, portanto, as possibilidades de circulação de livros nesse ambiente não foram foco das deliberações e de normativas técnicas.

Cabe a reflexão inclusive sobre a retomada de atividades educacionais nos ambientes prisionais sem pautar-se no *locus* da biblioteca como essencial no processo de ensino-aprendizagem dos apenados e de garantia de muitos de seus direitos. Isso porque, o acesso aos livros e demais redes de interação intermediadas pelas bibliotecas tem previsão legal, até mesmo em atividades que garantem a redução da pena dos internos, conforme previsto na Lei de Execução Penal. Desse modo, considera-se que a biblioteca e os diferentes serviços que fornecem acesso aos livros e à informação são essenciais por serem parte da vida do apenado, enquanto interno, e para as suas possibilidades de reintegração fora do sistema carcerário.

O posicionamento de que as bibliotecas “garantem aquisição de conhecimento, desenvolvimento intelectual ampliação da visão e reflexão sobre o mundo, transpondo os limites da imaginação” está em consonância com as perspectivas de Chartier (1999a) sobre os usos e apropriações do livro e de outros autores que reconhecem a importância desse para os apenados. Nessa mesma linha de pensamento, verifica-se a sensibilidade dos representantes da instituição em reconhecerem que as bibliotecas e suas fontes de informação, no caso em pauta os livros, podem proporcionar “[...] entretenimento, redução da angústia causada pela ociosidade e melhoria na qualidade de vida dos apenados por meio do acesso à informação e cultura”. Esses en-

tendimentos da instituição sustentam a proposição do estudo do livro como dispositivo social durante a pandemia.

Mesmo que ainda não haja institucionalidade necessária para a melhoria do funcionamento das bibliotecas, como políticas de desenvolvimento de coleções que promova diretrizes para a garantia da disponibilização dos serviços da biblioteca ou mesmo profissionais capacitados para formação e acompanhamento das atividades realizadas pelos internos trabalhadores, em algumas unidades os empréstimos continuaram ocorrendo pontualmente durante a pandemia. Todavia, cabe enfatizar que tais políticas são fundamentais para diminuir o distanciamento entre interesses institucionais e necessidades dos internos quanto ao conteúdo, quantidade e qualidade de acesso aos livros para formação intelectual, social e cultural dos sujeitos privados de liberdade.

Seja no período pandêmico ou na realidade usual do cárcere, o livro-dispositivo para o preenchimento do dispositivo aprisionamento, conforme encaminhamentos de Foucault (2009), precisa ser pesado cada vez mais com base em fundamentos teórico-metodológicos que sustentem os discursos e as práticas no sistema prisional para a sua aceitação como instrumento essencial para e na vida do preso. Os encaminhamentos propostos por Ronald Francia Mackenzie e abordados por Chartier (2002) sobre a Bibliografia amoldam-se ao tratamento das relações com os livros nessa realidade diferencial, que requer os saberes e fazeres bibliográficos para transpor os conflitos, que são históricos e de diferentes instituições, para que o livro adquira sua máxima potencialidade em benefício dos usuários.

## *5. Considerações finais*

O termo pandemia, observado desde a realidade do novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença a ele associada, a Covid-19, permite pensá-lo a partir de algumas possibilidades de entendimentos e rela-

ções. Em sentido estrito, concebê-lo, conforme as indicações da Organização Mundial da Saúde, como a disseminação mundial de uma doença que se espalha por diferentes países. Em associação, o termo pode estar relacionado à circulação de informações e conhecimentos, em grandes proporções, sobre uma doença ou demais produções da humanidade.

A partir dessas perspectivas, a alocação do termo na acepção “pandemia de livros”, em abordagem retrospectiva, pode vincular-se ao desenvolvimento da prensa de Gutenberg, bem como aos processos de disseminação do conhecimento (Burke 2003). Por meio desses dispositivos, as possibilidades de produção, divulgação e acesso foram ampliadas.

Pode-se dizer que os saberes e fazeres bibliográficos adquiriram certas condições de funcionalidade e visibilidade ao longo dos tempos para o desenvolvimento de técnicas e práticas que permitissem o mapeamento, a organização e o controle do conhecimento. Dadas as particularidades dos objetos e abrangência espaço-social, o termo “pandemia de livros” na contemporaneidade pode ser empregado, de forma alegórica, para analisar a sua circulação em rápida e larga escala de diversas fontes do conhecimento.

A partir do estudo desenvolvido, foi possível reconhecer o livro como uma fonte para a transposição da realidade do cárcere, mas que nem sempre é visto como tal perante a instituição, mas que pode vir a ser um dispositivo social nesse ambiente mesmo com as restrições sanitárias da pandemia. Essa afirmação é sustentada pelo entendimento e sensibilidade dos representantes institucionais que reconhecem a relevância das bibliotecas prisionais, de seus serviços e de suas fontes, como os livros, para os apenados. No entanto, como indicado nas discussões, existem barreiras que limitam o (re)conhecimento dos saberes e fazeres que podem potencializar e efetivar os usos desses dispositivos no cárcere.

Desse modo, afirma-se a necessidade do desenvolvimento de estudos que garantam a visibilidade desses limites e aproximem teorias e

metodologias, por exemplo bibliográficas, que possam ser adaptadas para atender as necessidades da realidade do sistema prisional em períodos usuais e, principalmente, na atual conjuntura pandêmica que tem ampliado as dificuldades e angústias dos apenados.

Conforme os dados apresentados, após cerca de um ano, algumas medidas foram adotadas em diferentes esferas para a retomada de algumas atividades, excetuando-se as vinculadas ao espaço das bibliotecas. Isso encaminha para os resultados da pesquisa de que é necessária a compreensão das potencialidades das bibliotecas e dos livros como dispositivo social para motivar ações e elaboração de diretrizes relativas aos usos dos livros em benefício dos apenados. Nos encaminhamentos conclusivos, infere-se que esses entendimentos e (re) conhecimentos fortalecerão as práticas com livros e a condição do mesmo como dispositivo social que deve ser pandêmico no ambiente prisional.

#### AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referências

- Araújo - Oliveira 2008= Eliany Alvarenga Araújo, Marlene de Oliveira, *A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas*, in *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*, coordenado por Marlene de Oliveira, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p.29-43.
- Bardin 2016= Laurence Bardin, *Análise de conteúdo*, São Paulo, Edições 70, 2016.
- Brasil 1984= *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 1984, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)> (visto pela última vez: 24. 01. 2019).
- Brasil 2020= *Ministério da Justiça e Segurança Pública. Dados sobre população carcerária do Brasil são atualizados. gov.br*, 2020, <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados>> (visto pela última vez: 29.11. 2020).
- Brasil 2020= *Ministério da Saúde. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Manual de recomendações para prevenção e cuidado da Covid-19 no sistema prisional brasileiro*, 2020, <<https://www.gov.br/depen/pt-br/ManualCOVID19DEPEN1edicao.pdf>> (visto pela última vez: 28. 11. 2020).
- Burke 2003= Peter Burke, *Uma história social do conhecimento - I: de Gutenberg a Diderot*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- Chartier 1999a= Roger Chartier, *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, São Paulo, UNESP, 1999.
- Chartier 1999b= Roger Chartier, *Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico*, in idem, *História da leitura no mundo ocidental*, organizado por Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, São Paulo, Ática, 1999, p. 117-134, v.2.
- Chartier 2002= Roger Chartier, *Bibliografia e história cultural*, in idem, *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, editado por Roger

- Chartier, Porto Alegre, Editora Universidade, UFRGS, 2002, p. 243-254.
- Chartier 2020= Roger Chartier, *História do livro e da leitura e a 'verdade' na história*. "Heterotópica", 2, 1, p. 40-50, jan./jul, 2020, <<http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/55559>> (visto pela última vez: 25.08. 2021).
- Creswell 2016 = John W. Creswell, *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*, 3. ed., Porto Alegre, Artmed, 2016.
- Deleuze 1996= Gilles Deleuze, *O que é um dispositivo?*, in idem. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996, p. 83-96.
- Depen 2020= Departamento Penitenciário Nacional, *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: dezembro de 2019*, <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWl2MmJmMzYtODAzMC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmIyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>> (visto pela última vez: 01.12.2020).
- Espírito Santo 2020= *Secretaria de Estado da Justiça, Plano de contingência para o novo coronavírus (Covid-19)*, Vitória, Sejus, 2020, <[https://sejus.es.gov.br/Media/sejus/Arquivos%20PDF/PLANO\\_DE\\_CONTINGENCIA\\_COVID\\_-\\_SEJUS.pdf](https://sejus.es.gov.br/Media/sejus/Arquivos%20PDF/PLANO_DE_CONTINGENCIA_COVID_-_SEJUS.pdf)> (visto pela última vez: 20.08. 2021).
- Espírito Santo 2021= *Secretaria de Estado da Justiça*, <<https://sejus.es.gov.br/>> (visto pela última vez: 29.03.2021).
- Espírito Santo 2021= *Secretaria de Estado da Justiça. Nota Técnica 006/2021. Dispõe sobre orientações para as unidades prisionais do Estado do Espírito Santo*, Vitória, Sejus, 5 abril, 2021, <<https://sejus.es.gov.br/acoes-e-orientacoes-da-sejus-para-o-sistema-prisional-capixaba-sobre-o-novo-coronavirus>> (visto pela última vez: 21.08.2021).
- Fernandes et al 2019 = Raquel Gonçalves da Silva de Araújo Fernandes, Camila Conceição Barreto Vieira, Paulo Roberto Fernandes Junior, Germana Gonçalves de Araújo, *50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere*. "Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação", 15, p. 390-405, <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brap-ci/127507>> (visto pela última vez: 02. 12. 2020).
- Foucault 2009 = Michel Foucault, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Edi-

ções Graal, 2009.

Goulart 2014 = Ilsa do Carmo Vieira Goulart, *Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura*. “RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação”, Campinas, SP, 12, 2, p.5-19 maio/agosto, 2014, <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1611>> (visto pela última vez: 25.08. 2021).

Latour 2006 = Bruno Latour, *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*, in *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*, coordenado por Marc Baratin, Christian Jacob, 2ª edição, Rio de Janeiro, UFRJ, 2006. p.21-44.

Manzini 1990/1991 = Eduardo José Manzini, *A entrevista na pesquisa social*. “Didática”, São Paulo, 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

Nogueira 2016 = Wesley Augusto Nogueira, ‘O livro como uma força na História’: a bibliografia como fonte de informação e método de pesquisa. “InCID: R. Ci. Inf. e Doc.”, Ribeirão Preto, 7, n. esp., p. 152-164, agosto 2016, <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118779/116239>> (visto pela última vez: 22.08. 2021).

Ortega - Carvalho 2017 = Cristina Dotta Ortega, Maria da Conceição Carvalho, *O papel da bibliografia na construção do conhecimento em Ciência da Informação: o caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG*, “Perspectivas em Ciência da Informação”, 22, número especial, p. 36-64, julho 2017, <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3255/1951>> (visto pela última vez: 22.08. 2021).

Sampieri, Collado e Lucio 1991 = Roberto Hernandez Sampieri, Carlos Fernández Collado, María Del Pilar Baptista Lucio, *Metodología de la Investigación*, México, McGraw-Hill, 1991.

Sánchez et al 2020 = Alexandra Sánchez, Luciana Simas, Vilma Diuana, Bernard Larouze, *COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?*, “Cad. Saúde Pública”, Rio de Janeiro, 36, 5, p.1-5, maio 2020, <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n5/1678-4464-csp-36-05-e00083520.pdf>> (visto pela última vez: 25.11. 2020).

Sousa - Pinto 2018 = Francisca Liliana Martins de Sousa, Virgínia Bentes Pinto, *Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do*

*instituto penal feminino Auri Moura Costa*, "Informação em Pauta", 3, 2, p. 31-49, 2018, <<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39672>> (visto pela última vez: 02.12. 2020).

Walty, Fonseca e Cury 2001 = Ivete Lara Camargos Walty, Maria Nazareth Soares Fonseca, Maria Zilda Ferreira Cury, *Palavra e imagem: leituras cruzadas*, 2.ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

## Abstract

Este estudo discute a relevância dos livros no sistema prisional do Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades de uso no período da pandemia da Covid-19, seja pelos aspectos gerais ou pelo recorte estabelecido nas unidades de regime fechado durante o ano de 2020. O objetivo geral é (re)conhecer os livros como dispositivos sociais nesse ambiente. Os objetivos específicos visam: abordá-los como fonte para transposição da realidade do cárcere; discutir sobre as potencialidades e limites de seus usos em períodos de restrições sanitárias no Espírito Santo; e discutir sobre a importância do livro para os internos durante a pandemia. A justificativa reside em sua abrangência social pela visibilidade do livro como dispositivo social e de direito dos apenados em períodos regulares ou de restrições durante a pandemia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, com utilização dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na primeira etapa foi realizado levantamento de materiais bibliográficos (teses, dissertações, artigos científicos) e documentos oficiais (leis, recomendações, orientações técnicas) para o tratamento e aprofundamento no tema e melhor conhecimento do universo da pesquisa. Para a pesquisa de campo, foi realizada entrevista direcionada à Subgerência de Educação nas Prisões com o propósito de coletar dados sobre os usos das bibliotecas e serviços de empréstimos de livros durante a pandemia. Os resultados indicam que, para a aplicação das normativas legais relativas aos usos dos livros em benefício dos apenados, é necessária a compreensão de suas potencialidades como dispositivo social em diferentes conjunturas. As conclusões garantem o entendimento de que o livro-dispositivo deve ser pandêmico no sistema prisional, ou seja, deve ser disseminado em rápida e larga escala, permitindo o acesso a diferentes saberes custodiados por instituições que controlam acervos e sujeitos.

Livro; Dispositivo social; Sistema prisional; Biblioteca; Pandemia

Questo studio discute l'attinenza dei libri nel sistema di prisional del dichiarare di un Espírito Santo e le relative possibilità di uso nel periodo del pandemic del Covid-19, per le funzioni generali o il clipping stabilito nelle unità del regime chiuso durante l'anno di 2020. L'obiettivo generale è (velocità d'inversione) conoscere i libri come dispositivi sociali in questo ambiente. Gli obiettivi specifici puntano su: per avvicinarsi come fonte per trasposizione di realtà della prigionia; a discorso sulle potenzialità e sui limiti dei relativi usi nei periodi delle limitazioni sanitarie nel Espírito Santo; e da discutere su importanza del libro per gli interni durante il pandemic. La giustificazione abita nel relativo abrangência sociale per la visibilità del libro come dispositivo sociale e la destra del imposto un'indennità ad un nei periodi normali o delle limitazioni durante il pandemic. Uno è circa una ricerca di exploratória e qualitativa, con uso delle procedure di ricerca bibliografica, documentary e del campo. Nella prima fase è stato realizzato l'indagine ufficiale dei materiali bibliografici (teses, dissertações, articoli scientifici) e dei documenti (leggi, raccomandazioni, tecniche dei orientações) per il trattamento e l'approfondimento nella conoscenza tematica e migliore dell'universo della ricerca. Per l'indagine in loco, l'intervista diretta verso il Subgerência de Educação negli arresti con l'intenzione è stata portata a termine per raccogliere dato sopra usi delle biblioteche e dei servizi dei prestiti del libro durante il pandemic. I risultati indicano che, per l'applicazione di quelle relative legali normative agli usi dei libri nel beneficio del imposto un'indennità ad un, la comprensione delle relative potenzialità è necessaria come dispositivo sociale nelle congiunture differenti. Le conclusioni garantiscono l'accordo di quello il libro-dispositivo deve essere pandemic nel sistema di prisional, cioè deve essere sparso in veloce ed in su vasta scala, permettendo che all'accesso quei differenti conoscano i custodiados per le istituzioni che controllano le quantità e soggetti.

Libro; Dispositivo sociale; Sistema di Prisional; Biblioteca; Pandemic

*This study the relevance of books in the prisional system of the State of the Espírito Santo and its possibilities of use in the period of the pandemic of the Covid-19 argues, either for the general aspects or the clipping established in the units of closed regime during the year of 2020. The general objective is to recognize books as social devices in this environment. The specific objectives aim at: to approach them as source for transposition of the reality of the jail; to discourse on the potentialities and limits of its uses in periods of sanitary restrictions in the Espírito Santo; e to argue on the importance of the book for the convicts during the pandemic. The justification resides in its social coverage for the visibility of the book as social device and right of the convicts in regular periods of restrictions during the pandemic. It's about a qualitative and exploratory research, with use of the procedures of bibliographical research, documentary of field. In the first stage it was carried through official survey of bibliographical materials (theses, dissertation, scientific articles) and documents (laws, recommendations, technical guidelines) for the treatment and deepening in the subject and better knowledge of the universe of the research. For the field research, interview directed to the Sub-Management of Education in Prisons with the intention to collect data on uses of the libraries and services of book loans during the pandemic. The results indicate that, for the application of legal regulations, relatives to the uses of books in benefit of the convicts, is necessary the understanding of its potentialities as social device in different conjunctures. The conclusions guarantee the agreement of book-device must be pandemic in the prisional system, that is, must be spread in fast and wide scale, allowing the access to different knowledge in custody of institutions that control collection and subjects.*

*Book; Social device; Prisional system; Library; Pandemic*